

HISTÓRIA – 1ª Fase

Questão 20

Está pautada no livro *Trabalho Compulsório na Antiguidade* (1984 - p. 42 e 44) de autoria de Ciro Flamarion Cardoso, Doutor em História e Professor Titular das disciplinas História Antiga e Medieval na Universidade Federal Fluminense onde exerceu a docência nos cursos de graduação e pós-graduação até a sua aposentadoria. Autor de mais de 20 obras, dentre as quais destaco no campo dos estudos da Antiguidade os livros *A Cidade-Estado Antiga* (1985) e *Sete Olhares Sobre a Antiguidade* (1994), além da referenciada acima.

Feito esse preâmbulo para informar que a questão está baseada num dos mais respeitáveis mestres que se dedicou ao estudo da Antiguidade durante muitos anos, ancorando as suas pesquisas e produção de textos numa larga bibliografia estrangeira, destaco:

- 1- É preciso observar que a questão refere-se apenas à GRÉCIA.
- 2- Observando os argumentos do candidato que se baseou na “Revista Nova Escola” (novaescola@fvc.org.br), reconheço que alguns pontos colocados no recurso é do conhecimento de quem estuda a Grécia Antiga, como a questão de punições, maus-tratos aos escravos, enfim, nada disso se desconhece, e nem a questão fez algum registro ao contrário.
- 3- Dizer que os escravos não poderiam participar da vida pública é algo óbvio, pois eles não eram considerados cidadãos. Aliás, a alternativa “A” não afirma que eles participavam da vida pública e muito menos se refere à cidadania.
- 4- Quando se registra que “poderiam denunciar conspiração ou malversação de dinheiro público”, segundo Ciro Cardoso, não se está a afirmar que o escravo tinha assento em alguma Assembleia para fazer a denúncia. A mesma, geralmente era feita por intermédio de alguém, de preferência, o seu dono. Eram situações não tão comuns, mas era uma expectativa de liberdade que existia na sociedade grega.
- 5- Quando ocorria esta situação de alforria, “o liberto era assimilado ao meteco (estrangeiro residente) e, devia respeito ao ex-dono, além de às vezes ter de cumprir em relação ao último, certos serviços e obrigações”. (p. 44).

Diante do exposto e com base na bibliografia utilizada, a alternativa “A” está correta e todas as demais alternativas estão incorretas, portanto, a questão NÃO deverá ser anulada.

- Recurso **IMPROCEDENTE**.